

Acordo



O ministro da Justiça, Paulo Brossard, que afirmou que Sarney aceitaria qualquer decisão da Constituinte

Jogo duplo do governo fortalece parlamentarismo

Da Sucursal de Brasília

Dois dias antes da votação do sistema de governo no Congresso constituinte, o Planalto está dividido. De um lado, os ministros Paulo Brossard e Borges da Silveira aceitam com a negociação. Brossard chegou a dizer, em reunião anteontem com Ulysses Guimarães (PMDB), Marco Maciel (PFL), Paiva Muniz (PTB) e Jarbas Passarinho (PDS), que Sarney não era intransigente em relação ao sistema de governo. Do outro lado, estão os "incendiários" Antônio Carlos Magalhães e Prisco Viana. Os dois continuam intransigentes na defesa do presidencialismo com cinco anos.

No também dividido Congresso constituinte, o único consenso facilmente encontrável é este: foi a incompetência do governo José Sarney que fez crescer de tal forma a preferência pelo parlamentarismo que, hoje, esse sistema de governo parece em vias de vencer a batalha contra o presidencialismo.

"Quando a Constituinte se instalou, a idéia parlamentarista era pouco mais do que uma proposta folclórica", diz, por exemplo, o senador Marco Maciel (PE), presidente nacional do PFL, um presidencialista empedernido que, no entanto, admite o crescimento do parlamentarismo.

É justamente na reta final da votação sobre o sistema de governo que a administração José Sarney, mais do que incompetência, revela desagregação. O número de conflitos abertos ou latentes no governo é tamanho que, se o presidente convocasse uma reunião do Ministério e dispensasse seus auxiliares diretos das regras do bom-tom, a reunião se transformaria em batalha campal.

Os principais ou mais visíveis conflitos são cinco.

Sistema de governo

Parlamentaristas x presidencialistas. Esta semana, dois ministros — Borges da Silveira, da Saúde, e Paulo Brossard, da Justiça — abriram-se para a idéia de implantação do parlamentarismo com cinco anos de mandato para Sarney. Foram imediatamente bombardeados pelos seus colegas Prisco Viana (Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente) e Antônio Carlos Magalhães (Comuni-

cações), firmes no presidencialismo com cinco anos.

A margem da linha de fogo mais imediata, há outros ministros envolvidos no confronto. Luiz Henrique da Silveira (Ciência e Tecnologia), Celso Furtado (Cultura) e Renato Archer (Previdência Social) trabalham pelo parlamentarismo. Jáder Barbalho (Reforma e Desenvolvimento Agrário), João Alves (Interior) e Aureliano Chaves (Minas e Energia) batalham pelo presidencialismo.

A cisão chega à área militar do governo: os ministros do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, e da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, deram declarações recentes de aceitação do parlamentarismo. Leonidas as fez ao pé do ouvido do deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), mas Moreira Lima falou diretamente aos jornalistas.

Os outros ministros militares mantêm-se no presidencialismo, exceto o general Ivan de Souza Mendes (SNI), que é parlamentarista por convicção, mas acha que esse sistema deve ficar para o futuro.

Bombeiros x incendiários

Essa classificação, agora, está mais voltada para a discussão sobre o sistema de governo, mas vale para o conjunto das relações governo-Constituinte.

Prisco Viana e ACM, apoiados pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, vivem pregando o confronto com a Constituinte. Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil) é o principal "bombeiro", amparado pelo general Ivan e, agora, pelo assessor especial Thales Ramalho.

A guerra da URP

Os ministros da área econômica, Mailson da Nóbrega (Fazenda) e João Batista de Abreu (Planejamento), querem congelar por três meses a Unidade de Referência de Preços (URP), indexadora dos reajustes salariais mensais) para o funcionalismo público.

Três ministros comandam a resistência contra essa medida: Almir Pazzianotto (Trabalho), brigadeiro Paulo Roberto Camarinha (Estado-Maior das Forças Armadas) e Aluizio Alves (Administração).

Mas todos os demais ministros apóiam em silêncio a resistência desses três. A batalha ficou congelada, em vez da URP, até a votação do sistema de governo e do mandato.

A guerra do café

Esta semana, abriu-se outra frente de conflito na área econômica. O ministro da Fazenda não gostou das conclusões de comissão interministerial que mandou passar para o Tesouro (organismo da Fazenda) a fatura pelo prejuízo de US\$ 115 milhões verificado em desastrosa operação com o café (a chantada "Operação Patrícia").

Mailson quer que o Ministério da Indústria e do Comércio, chefiado por José Hugo Castelo Branco, no mínimo ajude a pagar a conta; já que o prejuízo foi causado pelo Instituto Brasileiro do Café, subordinado ao MIC.

A guerra da Previdência

ACM faz constante trabalho de sapa contra seu colega da Previdência, Renato Archer. Nas escaramuças, caiu morto, por enquanto, o presidente do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), Hélio Cordeiro, peemedebista dito "histórico". Renato Archer chegou a pensar, em entregar os pontos e pedir demissão, cansado da confusão no governo, mas resolveu ficar e lutar.

Por trás dessa luta, está uma batalha mais ampla entre os ministros "sarneyzistas" como ACM e os "ulyssistas" como Archer.

A bancada baiana do PMDB aliou-se incondicionalmente a Archer, para tentar derrubar Antônio Carlos, arquiinimigo do governador da Bahia, Waldir Pires, que foi, aliás, quem nomeou Hélio Cordeiro.

Mas os ministros do PFL e os "sarneyzistas" fecham com ACM, até porque sabem que, se Archer cair, caem também dois outros "ulyssistas", Luiz Henrique e Celso Furtado.

Nessa monumental confusão, há, ainda, um outro conflito que ficou apagado pela momentânea coincidência de posições entre ACM e Prisco. Os dois já foram aliados, romperam, ficaram muito tempo sem se falar e, tal como coincidem agora, podem voltar a divergir mais tarde.